



Tese nº 14

Tema: Marco Regulatório, Fortalecimento do FNDC

Identificação: A Confecom e o protagonismo do FNDC para garantir a aplicação da democracia brasileira

Autoria: Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

À XVI Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

A Confecom e o protagonismo do FNDC para garantir a aplicação da democracia brasileira

O caderno de teses da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), com mais de 600 resoluções, aprovadas em Brasília no dia 17 de dezembro de 2009, foi entregue aproximadamente seis meses depois da realização da etapa nacional, mesmo assim depois de pressão feita pelos movimentos sociais com o apoio da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), por meio da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados.

Em Minas Gerais a situação não é diferente, pois, mesmo depois da cobrança dos movimentos sociais, até hoje o governo do Estado não disponibilizou o caderno de teses com as 700 diretrizes ratificadas na etapa estadual, que ocorreu em novembro de 2009. Esses textos foram encaminhados para a Comissão Organizadora Nacional sem o devido trâmite e respeito à pluralidade de atores presentes na Confecom-MG. Cobramos isso em audiência pública realizada pela Comissão de Participação Popular realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 16 de junho de 2010. Sugerimos que fosse aprovado um requerimento no qual constasse a formação de uma comissão parlamentar, com participação da sociedade, para verificar o envio dessas propostas, para imprimir e entregar esse caderno e encaminhar às autoridades e órgãos cabíveis para cobrarmos soluções que independem de ações nacionais, como é o caso do fortalecimento da Rede Minas e da Rádio Inconfidência como veículos públicos – abertos ao controle social – e a criação de um Conselho Estadual de Comunicação nos moldes aprovados na 1ª Confecom.

Pouco avançamos no pós-Confecom. Agora, os movimentos estão unindo-se novamente para pressionar os governos e o Congresso Nacional para que a vontade popular seja cumprida. Mais uma vez, depende de colocá-los contra a parede para que deem cabo de um processo que deveria ser democrático, em que, teoricamente, a “voz do povo” era relevante. São poucos os políticos que agem sem pressão popular. Isso é desastroso para o nosso País. Mais de 30 mil pessoas participaram do processo da Confecom em todos os cantos do Brasil, esses cidadãos merecem respeito e compromisso de seus representantes, legitimamente eleitos pelo voto.

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO DA CCTCI

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, a requerimento da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), realizou no dia 10 de junho de 2010 audiência pública para avaliar o relatório produzido pela subcomissão criada para acompanhar o andamento da 1ª Confecom.

Segundo a Agência Câmara, partindo da cobertura da audiência na CCTCI, realizada no dia 10/06/2010, podemos vislumbrar o seguinte quadro:

O relatório final da subcomissão criada para acompanhar a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) mostra que cerca de 35% (222 propostas) das 641 propostas aprovadas na conferência implicam alguma forma de ação legislativa no Congresso Nacional. Desse percentual, 2/3 (148)

já são alvo de alguma ação, como projetos de lei e estudos legislativos, na Câmara ou no Senado.

Segundo a Agência Câmara, os principais temas da Confecom e as propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional são as seguintes: Controle social da mídia, Radiodifusão pública, Produção nacional, Convergência digital, Conteúdo de interesse social, Educação profissional, Ética no jornalismo, Proibição de monopólios e oligopólios.

Conclusão

Diante do exposto, é preciso enfatizar a importância do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e não confundir sua representatividade com as entidades que o congregam. O FNDC é um fórum que deve fortalecer-se ainda mais e para tanto também precisa se posicionar publicamente com mais frequência, envolvendo todos os Comitês em discussão prévia.

PROPOSTAS:

- Seja feito um planejamento de ações, discutido com os comitês, para o próximo ano.
- Pressionar os parlamentares e traçar metas para pressionar o MiniCom a fazer consulta pública sobre o Marco Legal das Comunicações. Trabalhar para que essas consultas públicas sejam feitas por meio de audiências nas Assembleias Legislativas em todo o País.
- **Que conste nesse plano de ações estratégias para que os 20 pontos expostos pelo FNDC estejam na lista de prioridades da agenda política nacional.**
- Sejam realizadas pelo FNDC, com apoio logístico e financeiro das instituições nacionais que compõem o Fórum, oficinas de capacitação sobre assuntos em voga para melhor preparar os militantes.
- Criar um grupo de estudos que possa contribuir com análises sobre as diferentes áreas abrangidas pela Democratização da Comunicação.

**Belo Horizonte
18 de novembro de 2011.**